



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM SANTA CATARINA - SR/PF/SC

**ANEXO II**  
**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 4/2026**

**MODELO DE TERMO DE VISTORIA**

Declaramos conhecer e compreender, por inteiro, o teor do AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 4/2026, cujo objeto é a elaboração de laudo de avaliação de imóvel a ser executado para a Delegacia de Polícia Federal de Criciúma - SC

Declaramos ter tomado conhecimento de todas as informações e condições para o devido cumprimento do objeto da licitação em pauta, inclusive das condições atuais de infraestrutura, bem como estar completamente de acordo com todas as exigências do Termo de Referência.

Declaramos, ainda, ter vistoriado, por meio do Responsável Técnico da empresa, abaixo identificado, todos os locais de realização dos serviços e estar totalmente cientes do grau de dificuldade envolvido **O U** ter optado por não realizar a vistoria, tendo pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizaremos deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras.

Declaramos, por fim, estar ciente do compromisso assumido de manter sigilo sobre todas as informações às quais teve acesso em decorrência da vistoria realizada nesta data.

\_\_\_\_\_  
Empresa \_\_\_\_\_ CNPJ \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_ Telefone/Fax \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
E-mail \_\_\_\_\_ Responsável Técnico \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante da Empresa

\_\_\_\_\_  
PF

**OBS.: Esta declaração deverá ser entregue junto com os demais documentos relativos à habilitação e só haverá necessidade de assinatura de servidor da PF, se for realizada vistoria.**



Documento assinado eletronicamente por **CLEIVEANE DIRLEAN LUCHESE MARQUES**, **Agente de Contratação**, em 22/05/2026, às 19:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=146252656&crc=89A2B5EE)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=146252656&crc=89A2B5EE](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=146252656&crc=89A2B5EE).

Código verificador: **146252656** e Código CRC: **89A2B5EE**.

---

Referência: Processo nº 08490.002766/2026-11

SEI nº 146252656